

## Memórias da população negra no sul no Brasil

### Entrevistada:

Maria Angélica Zubaran

### Entrevistadores:

Delton Aparecido Felipe e Fabiane Freire França

A professora Maria Angélica Zubaran é Doutora e Mestre em História pela *State University of New York (SUNY at Stony Brook)* e graduada em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Realizou estudos de Pós-doutorado em Literatura de Viagem com Luciana Martins, no *Birkbeck College*, Londres (2004-2005). Desde 1999 é professora Adjunta da Universidade Luterana do Brasil, atuando na Graduação e na Especialização em História e no Mestrado em Educação. Tem experiência de docência nos diferentes níveis de ensino (Ensino Fundamental, Médio, Superior e Pós-Graduação). Orienta no Mestrado em Educação, na Linha de Pesquisa Pedagogias e Políticas da Diferença. Foi coordenadora do Curso de História da Ulbra (1999-2001) e Diretora do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo (2010-2013). Desenvolve pesquisas com ênfase nos seguintes temas: História e Cultura Afro-brasileira, Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, Imprensa Negra no pós-abolição e relações étnico-raciais e educação. Atualmente coordena o projeto “O Direito a Memória Negra” e tem como objetivo contribuir para a preservação, a digitalização e a disponibilização para o acesso público das coleções do jornal *O Exemplo*, periódico da imprensa negra porto-alegrense que circulou entre os anos de 1892 a 1930, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Projeto financiado pelo Ministério da Cultura.

### 1) Professora Doutora Maria Angélica Zubaran, no que consiste o projeto “O Direito às Memórias Negras” e qual a necessidade da preservação da memória negra no Brasil?

O projeto “O Direito às Memórias Negras” foi aprovado no Edital “Preservação e acesso aos bens do patrimônio Afro-Brasileiro”, de 20 de dezembro de 2013, uma parceria do Ministério da Cultura (MINC), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Fundação Joaquim Nabuco (FUNJAB). O projeto buscou contribuir para a preservação e valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro, a partir da digitalização das coleções do jornal *O Exemplo*, periódico da imprensa negra, que circulou na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1892 a 1930. Buscou-se, ainda, viabilizar o acesso público *online* ao acervo deste periódico, que já está disponível para consulta na plataforma Cultura Digital do Ministério.

O acervo do jornal *O Exemplo* (1892-1930) está composto por cinco coleções: a coleção particular Oliveira Silveira, século XIX, 1892-1895; a coleção do Núcleo de Pesquisa em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS), século XX, 1904-1919; a coleção do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), século XX, 1904-1905; a coleção da Biblioteca Pública Rio-Grandense, séculos XIX e

XX, exemplares de diversos períodos; e o acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), século XX, década de 1920.

Durante o projeto digitalizamos quatro coleções, correspondente a trezentos e sessenta e oito exemplares (368), cada exemplar composto por quatro páginas. Atualmente, para pesquisar nas coleções do jornal *O Exemplo*, basta o pesquisador entrar na plataforma Cultura digital, se cadastrar e entrar na biblioteca e no site do “Memórias Negras”, onde estão postados os trezentos e sessenta e oito exemplares do jornal. Se clicar na data do exemplar terá também acesso ao fichamento realizado no padrão Dublin Core, com as descrições em meta dados de cada exemplar.

A preservação e a disponibilização para acesso público do jornal *O Exemplo* é uma iniciativa de inestimável valor para a preservação da memória e da história dos afro-brasileiros e para a valorização da cultura afro-brasileira, além de contribuir para promover a autoestima da população afrodescendente e a construção de identidades negras afirmativas. Trata-se de preservar um acervo de inestimável valor histórico e cultural para as populações afrodescendentes, parte do rico patrimônio afro-brasileiro, cuja preservação digital possui uma função social importante: garantir aos diferentes grupos sociais, étnicos e culturais da sociedade brasileira, o direito às suas memórias, cultura e história.

Parte-se da ideia de que mais do que simples registros de um passado congelado no tempo, os acervos deveriam representar os valores coletivos das comunidades onde se encontram inseridos. Em uma sociedade multicultural e pluriétnica como a brasileira, entende-se que se torna cada vez mais importante o incentivo à preservação de memórias e acervos constitutivos da diversidade social, étnica e cultural brasileira para que grupos minoritários possam ter assegurado o direito de acesso às suas memórias.

Neste sentido, o edital MINC/UFPE/2013, veio preencher essa lacuna e possibilitar o acesso público online ao acervo do jornal *O Exemplo*, contribuindo para que esse acervo possa ser conhecido e utilizado como fonte para novas pesquisas e interpretações de aspectos fundamentais da história e da cultura dos afrodescendentes no sul do Brasil.

*O Exemplo* foi o primeiro jornal da comunidade negra rio-grandense e circulou, com algumas interrupções, de 1892 até 1930, cobrindo um período de 37 anos dedicado à história e à cultura do negro no Brasil meridional. Portanto, suas coleções são testemunhos de inestimável valor histórico e cultural para a preservação e valorização das memórias, da história e da cultura dos afro-brasileiros, assim como para a construção de suas subjetividades e identidades. Conforme declarou o poeta Oliveira Silveira em reportagem ao jornal *Correio do Povo* a década de 1970: “*O Exemplo* merece que se escreva em letras grandes nas encadernações de suas coleções: Cuidado, delicado, precioso, patrimônio cultural da comunidade negra em Porto Alegre” (*Correio do Povo*, 1972, p.22).

*O Exemplo* apareceu em Porto Alegre, em 11 de dezembro de 1892, como “Propriedade de uma Associação” que segundo Liane Müller (2013) tratava-se da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. *O Exemplo* foi fundado por um grupo de jovens negros, “moços esperançosos e ávidos de justiça”, que costumavam reunir-se em uma barbearia, o *Salão Calixto*, situado à Rua dos Andradas no. 247, no centro da cidade de Porto Alegre. Entre os fundadores destacam-se: Arthur Gama, Arthur de Andrade (diretor de redação), Marcílio Freitas (editor gerente), os irmãos Aurélio Bittencourt Júnior

e Sérgio Bittencourt, os irmãos Esperidião Calisto e Florêncio Calisto e Alfredo Souza. A formação do grupo era heterogênea. A maioria era composta de funcionários públicos federais, como Arthur Gama, funcionário público do Tesouro do Estado, Arthur de Andrade, funcionário público dos Correios, Francisco Marcílio da Costa Freitas, funcionário público dos Correios e depois da Fazenda. Havia também famílias, cujos filhos e netos foram diretores e redatores do jornal *O Exemplo*. Uma delas foi a família Bittencourt, dos filhos e neto do coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, juiz distrital da Vara de Órfãos, que se destacou na vida cultural e política de Porto Alegre, trabalhando em vários jornais locais e atuando como secretário dos presidentes da província, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Esses indivíduos afrodescendentes eram, em sua maioria, católicos praticantes e republicanos, que pertenciam e circulavam em diferentes espaços de uma ampla rede social que incluía associações culturais, religiosas, musicais, esportivas, dramáticas e carnavalescas. Portanto, pode-se afirmar que um aspecto constitutivo das memórias negras revelado no jornal *O Exemplo* é a importância das famílias negras e o envolvimento das lideranças negras em uma ampla rede social, política e cultural de sociedades e clubes negros, que contribuíram de forma significativa para a construção das suas subjetividades e identidades negras.

A análise da construção das identidades negras no jornal *O Exemplo* demonstrou que as lideranças negras, nas primeiras décadas do pós-abolição, representaram-se tanto como negras quanto como brasileiras, significando que naquele contexto era importante valer-se destas duas posições identitárias, tanto para combater os preconceitos étnico-raciais e a discriminação, como para lutar pela sua inclusão na nação como cidadãos brasileiros. Neste sentido, na direção apontada por Stuart Hall (2003) e Paul Gilroy (2001) para as identidades negras caribenhas, a construção das identidades negras no Rio Grande do Sul parece também conformar-se às formas híbridas da experiência negra diaspórica como em outras partes da América.

**2) Na história brasileira, a partir da segunda metade do século XIX, sabemos que houve uma forte imigração de europeus para o sul do Brasil, fato esse que sustenta até hoje alguns discursos que afirmam que o sul do país é local com inexistência ou baixa existência da população negra. Como a senhora analisa esse discurso e qual a contribuição de um projeto como “O Direito à Memória Negra” para a problematização do discurso da inexistência ou baixa existência de negros e de negras no sul do Brasil?**

A historiografia tradicional construiu uma interpretação do Rio Grande do Sul como um estado europeu, produto do trabalho livre do homem branco, luso-brasileiro ou ítalo-germânico. Essa versão minimizou o trabalho do negro escravizado nas estâncias, charqueadas e nas cidades. No pós-abolição, os trabalhadores imigrantes europeus e seus descendentes foram representados como modelos de bons trabalhadores, enquanto os trabalhadores afro-rio-grandenses eram representados de forma negativa e preconceituosa, como improdutivos, preguiçosos e propensos a criminalidade. Segundo Sandra Pesavento, na segunda metade do século XIX, a zona colonial imigrante bem-sucedida contribuiu para fortalecer a imagem da “superioridade do trabalhador estrangeiro”. Esta narrativa da vocação étnica do imigrante europeu ao trabalho, generalizou os casos de sucesso da imigração e silenciou sobre as parcelas de imigrantes que fracassaram. Omitiu-se também que enquanto o imigrante europeu recebeu terras e instrumentos básicos de trabalho e não raro foi subsidiado nos primeiros tempos, os

trabalhadores afro-brasileiros não tiveram acesso à terra, nem instrumentos de trabalho e tampouco capitais, além de terem de conviver com preconceitos e discriminação racial no mercado de trabalho. E, se hoje os historiadores reconhecem a importância da escravidão negra no passado do Rio Grande do Sul, assim como as contribuições dos afrodescendentes à história e à cultura rio-grandense, o imaginário étnico do gaúcho europeizado tende a manter-se ainda em nossos dias.

Como apontou Jöel Candau (2011), a memória é seletiva, resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade e de continuidade de um grupo. Neste sentido, as dificuldades para a produção do conhecimento sobre a história de grupos sociais excluídos e a inexistência de registros sobre eles está relacionada a uma cultura de invisibilidade e pode-se acrescentar, ainda, de silêncio sobre os grupos minoritários na história oficial do Brasil.

Portanto, pode-se considerar que a preservação de patrimônios documentais, portadores de referências às memórias e as identidades de grupos sociais excluídos é de inegável relevância para o conhecimento da história dos mais diversos grupos formadores da nação. Pode-se afirmar que o acesso às memórias e aos patrimônios documentais é um direito fundamental de cidadania e não um privilégio de alguns grupos. Neste sentido, torna-se necessário uma nova política dos acervos, que aponte para a pluralidade de representações sociais e que incentive a divulgação das memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural das comunidades. O projeto “O Direito às Memórias negras” se inscreve dentro desta nova política de acervos, entendendo que o acesso às memórias negras é de inegável importância para a construção de referências culturais positivas para os afrodescendentes e para a construção de identidades negras afirmativas.

**3) Em 09 de janeiro de 2003 foi aprovada a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996, e institui, no artigo 26, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio. Em sua opinião, como uma discussão sobre os lugares da memória da população negra pode colaborar com/para a efetivação da referida lei nas salas de aula do Brasil?**

Em primeiro lugar, a Lei nº 10.639/2003 deve ser entendida como resultado da organização do movimento negro contemporâneo, no contexto das políticas de identidade, que pressionaram pela aprovação da Lei. A obrigatoriedade da inclusão das temáticas afro-brasileira e indígena nas escolas vem responder a uma histórica invisibilidade das questões étnico-raciais nas instituições escolares cujos currículos concentravam-se nas memórias e produções culturais europeias, predominando uma interpretação parcial dos grupos constituidores da nação brasileira.

Durante muito tempo, currículos eurocêntricos limitaram as memórias e contribuições históricas e culturais dos afro-brasileiros à reiteração do estigma da escravidão, à representação do negro como escravo, vítima submissa dos castigos e infortúnios sofridos na sociedade escravista, esquecendo e negligenciando as suas lutas, conquistas e, sobretudo, sua história e perdendo de vista as reinvenções da cultura e da história afro-brasileira no período pós-abolição.

Maria Aparecida Silva Bento (2002) observou que a ausência de índios, negros e mulheres durante muito tempo na História do Brasil e nos livros didáticos teve um impacto negativo na construção

das identidades desses sujeitos. Segundo Bento, “sem uma memória positiva, sem conhecer figuras de destaque de seu povo e suas conquistas no campo das artes e das ciências, as crianças negras enfrentaram muitas dificuldades para formar uma identidade positiva de si e de seus iguais” (p.45). Também Nilma Nilo Gomes (2002) afirmou que as concepções e práticas pedagógicas repletas de valores e representações negativas sobre o negro resultam, muitas vezes, na introjeção do fracasso e na exteriorização do mesmo pelos alunos e alunas, expresso na relação de animosidade com a escola e com o corpo docente (p.42).

Por outro lado, conforme Tomaz Tadeu da Silva (2000) as narrativas dos currículos escolares e de outras instâncias culturais contam histórias que fixam noções particulares dos diferentes grupos sociais e étnico-raciais; enquanto alguns são valorizados e instituídos como cânones, outros são desvalorizados, negados e omitidos. E, como afirma Nilma Nilo Gomes (2002), “(...) não podemos continuar nos escondendo atrás de um currículo escolar que silencia, impõe estereótipos e lida de maneira desigual, preconceituosa e discriminatória com as diferenças presentes na escola” (p.18).

Já Dagmar Meyer (2002) sublinha que as pedagogias culturais ou aprendizagens incorporadas em práticas cotidianas informais, que podem estar imbricadas na literatura, nas revistas, filmes, ilustrações e desenhos, que colocamos à disposição dos estudantes e que foram as paredes das escolas. Neste sentido, a cultura negra estigmatizada e estereotipada, como frequentemente é representada, é apenas a forma como a sociedade branca representa a população negra, espaço onde os negros são representados para o público e também para si mesmos, mas não contempla as memórias sociais e as representações culturais dos próprios negros.

Neste sentido, a Lei 10.639 veio estimular novas leituras das memórias e histórias dos diferentes grupos sociais, étnicos e culturais formadores da nação e apontar para a necessidade da pluralidade de representações sociais e culturais, incentivando o conhecimento e a divulgação das memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural das comunidades indígenas e afro-brasileiras. Essas novas leituras permitirão que se estabeleça novos espaços de diálogo entre os chamados “diferentes” e, neste sentido, contribuirão para uma interpretação mais ampla e inclusiva do que seja a cultura e a história afro-brasileira, a partir da representação dos próprios afrodescendentes e não mais exclusivamente contada pelo olhar do branco e pela matriz europeia.

Por último, vale agregar na direção apontada pela historiadora Martha Abreu, que um dos grandes desafios no ensino da história e da cultura afro-brasileira é como articular as políticas de combate ao racismo, especialmente na escola, sem tropeçarmos em essencialismos culturais, mesmo porque, conforme afirma Stuart Hall, há múltiplas maneiras de ser negro e múltiplas são as memórias negras que merecem ser preservadas, pesquisadas e estudadas.

**4) Na produção acadêmica atual sobre a população negra brasileira há diversos conceitos que ainda estão em construção, e são fundamentais para perceber o processo de marginalização dessa população no processo de construção/produção da identidade nacional. Sendo assim, como a senhora entende os conceitos: cultura negra, raça; patrimônio cultural negro e memórias negras?**

Primeiramente, é importante reafirmar que a categoria “raça” não é científica. Conforme apontam Zubaran e Silva (2012), diferente do que predomina no senso comum, o conceito de raça não diz respeito a fatores biológicos ou a características fenotípicas, mas é uma construção social e política. Para Hall (2003), raça é uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema socioeconômico, de exploração e exclusão, um conceito classificatório importante no sistema da construção da diferença, uma forma de justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial e o racismo. Hall (2005) afirma que “o significante “raça” é um “significante flutuante”, “deslizante”, significando diferentes coisas em diferentes épocas e lugares.

Conforme apontam Zubaran e Silva (2012), as noções de raça e etnia estão relacionadas à produção de critérios de pertencimento e de construção de fronteiras étnico raciais que classificam aqueles que pertencem e os que não pertencem a determinados grupos sociais. Conforme aponta Dagmar Meyer (2002), um olhar mais atento revela que essas fronteiras, em sua versão dominante, foram determinadas tomando como referência a Europa branca, cristã e masculina do Iluminismo.

Por outro lado, entendo que a identidade étnico-racial não é linear e não se estabelece unicamente por um centro de poder hegemônico, para além das pretensões das representações homogeneizantes das elites dominantes haverá sempre espaço para a negociação e para a ressignificação de representações. Neste sentido, Stuart Hall (2003) afirma que a cultura popular negra é um local de contestação estratégica e não pode ser simplificada “nos termos das simples oposições binárias habitualmente usadas para mapeá-la: resistência versus cooptação, autêntico versus inautêntico...” (379). Para o autor, significa insistir que na cultura negra não existem formas puras, mas confluências de mais de uma tradição cultural, de negociações entre posições dominantes e subalternas, de hibridizações a partir de uma base cultural vernácula. Neste sentido, Hall (2003) defende que a experiência negra não pode ser entendida fora da representação, que “negro” não é uma categoria que possua uma essência e que, portanto, para compreender esse significante flutuante é para a “diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra, que devemos dirigir a nossa atenção” (p.385).

Por outro lado, para refletir sobre as memórias negras, aproprio-me das discussões de Michel Pollack (1989), que destacou que as memórias negras são memórias subterrâneas, marginalizadas ou silenciadas, parte integrante de culturas minoritárias, que afloram em momentos de crise, onde haja conflito entre memórias concorrentes. No Brasil, foi nas décadas de 1980 e 1990, no período de redemocratização da sociedade brasileira, que as memórias negras, paulatinamente, deixaram de ser subterrâneas e se tornaram memórias emergentes, passando a ocupar um lugar de destaque nas políticas públicas, particularmente, naquelas relacionadas à educação das relações étnico-raciais. Os chamados novos movimentos sociais e suas políticas de identidade possibilitaram que diferentes grupos sociais, étnicos e culturais reivindicassem o direito às suas memórias e buscassem institucionalizá-las no espaço público. Neste sentido, conforme afirmou Emanuel Araújo (2004), entende-se que as memórias negras são fundamentais para recuperar para os negros certa autoestima e permitir a construção de referências positivas para a comunidade afrodescendente, além de contribuir para o reconhecimento e a valorização da cultura negra e de suas contribuições à História do Brasil.

Quanto ao patrimônio cultural negro vale destacar, como aponta Lúcia Lippi de Oliveira (2008), que a nova face da política de patrimônio no Brasil culminou com a Constituição de 1988, que pode ser considerada como uma certidão de nascimento do patrimônio cultural no Brasil. Pela Constitui-

ção Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, que se referem ao patrimônio indígena e afro-brasileiro, entende-se como patrimônio cultural brasileiro: “Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (artigo 216 da Constituição Federal brasileira). Recentemente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) registrou um número significativo de patrimônios culturais imateriais afro-brasileiros, entre eles: o ofício das Baianas de Acarajé (BA), o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (BA), o Tambor de Crioula (GO), o Jongo da Serrinha (RJ), o Samba do Partido Alto (RJ), a Roda da Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira. Essas manifestações culturais afro-brasileiras demonstram a vitalidade da cultura brasileira de raiz africana e sua capacidade de preservação cultural, apesar do contexto adverso do racismo brasileiro.

Portanto, como destaca Candau (2011), é preciso relativizar o silêncio ou a negação do passado, que jamais é total, absoluta, definitiva: os relatos de lideranças negras, a literatura e a poesia negras, a música e o teatro negro e as coleções da imprensa negra são, neste sentido, exemplos de patrimônios culturais negros que não apenas asseguram uma continuidade entre o passado e o presente dos afro-brasileiros como também dão sentido às suas lutas pelo direito à sua cultura e à sua história. Neste sentido, a preservação do patrimônio afro-brasileiro se constitui como uma das etapas de uma educação antirracista e de promoção da inclusão social.

**5) Professora, de 2010 a 2013 a senhora foi diretora do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo. E hoje há autores e autoras, em especial na educação patrimonial, que veem os museus como locais de memória, por serem espaços de preservação de uma memória que é viva. Pode nos relatar como foi a experiência de ser diretora desse museu? Como os museus podem colaborar com a educação escolar? E como podemos relacionar as memórias preservadas em museu com a importância de preservar a memória de um determinado grupo, como por exemplo, a população negra no Brasil?**

A experiência na direção do Museu Joaquim Felizardo foi um desafio estimulante. Primeiramente, a partir da minha posição como historiadora, me aproximei da Museologia e passei a pensar o Museu na sua estrutura e como objeto de estudo. Meu primeiro projeto foi conhecer e estudar as memórias e histórias do MJF, para posteriormente contá-las em uma exposição na sala de entrada do Museu, que assim abriu sua entrada principal, que estava fechada há algum tempo. Simbolicamente, voltávamos a nos conectar com a comunidade e a receber o público visitante de portas abertas.

Por outro lado, pensando o museu como uma instituição cultural, era preciso estimular o público visitante a participar de projetos culturais e educativos e a atribuir significado aos acervos e objetos em exposição. Nessa perspectiva, o museu precisava estimular o seu público a pensar criticamente suas memórias e seus patrimônios culturais. Foi então que criamos os “Diálogos no Museu”, aberto à comunidade para o debate de temas relacionados à história e à cultura de Porto Alegre e com a participação de acadêmicos e interessados em cultura em geral.

Foi então que participamos de um edital do IBRAM/2011 e fomos premiados na categoria de Microprojetos de Modernização de Museus. O objetivo central do projeto foi ampliar, diversificar e qualificar a relação do Museu com a comunidade de seu entorno, potencializando sua função social.

Buscou-se ainda, estimular o contato entre os diferentes públicos e os acervos arqueológico, fotográfico e histórico do museu.

Entre agosto a dezembro de 2012, desenvolvemos o projeto “Aprendendo a Preservar o Patrimônio: Oficinas Lúdicas e Sensoriais”, que estava composto de quatro oficinas: a oficina “Descobrimo a Arqueologia no Museu”, a oficina “Bingo do Patrimônio”, a oficina “Conhecendo Porto Alegre através dos Sentidos” e a oficina “Educação para o Patrimônio: Formando Multiplicadores”. Conforme Zubaran (2015), durante a execução das oficinas, professores e alunos de escolas do entorno do Museu, idosos de instituições de assistência social, adultos da EJA, deficientes visuais, auditivos e cadeirantes interagiram, dialogaram e descobriram formas alternativas de interagir com os acervos do Museu e o patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre. Foi também reveladora a capacidade dos diferentes públicos de se apropriarem dos objetos e referências culturais disponibilizados no Museu e os articularem com suas vivências cotidianas. Conforme relatos de deficientes visuais e idosos, as oficinas oportunizaram sua primeira experiência de visitaçã a um Museu e de interaçã com o patrimônio cultural da cidade. Neste sentido, consideramos que os museus possuem um potencial extraordinário para despertar memórias coletivas, particularmente, aquelas habitualmente esquecidas e excluídas, como as memórias negras, promovendo experiências de conhecimento, valorizaçã e preservaçã dos patrimônios culturais entre os diferentes públicos e as diferentes identidades sociais e culturais formadoras das cidades brasileiras.

Por outro lado, era fundamental também nos questionarmos de que forma os museus constroem e narram as diferenças sociais, étnico raciais, de gênero e geracionais nas suas narrativas expositivas. Como apontam Lisandra Machado e Maria Angélica Zubaran (2013), durante o século XX, os museus tradicionais mantiveram-se como espaços destinados a reverenciar uma determinada memória e uma determinada história que sacralizava grandes indivíduos e seus patrimônios materiais.

Regina Abreu (2005) ao pensar a construçã da alteridade nos museus, coloca que até os anos 60, nos museus etnográficos, internacionais e nacionais, a tônica era o colecionismo e o estudo de grupos exóticos radicalmente diferentes dos ocidentais. Nesta fase, os museus etnográficos brasileiros, enaltecendo a fábula das três raças formadoras da identidade nacional, coletaram e exibiram objetos dos grupos afro-brasileiros (ABREU, 2005, p. 110). Nesses museus índios e negros foram classificados como inferiores aos europeus e representados como exóticos.

Já os museus consagrados à chamada cultura popular, oriundos de movimentos de folcloristas, entre eles, o Museu de Folclore Edison Carneiro, “configuraram esforços no sentido da objetificação de alteridades próximas, relativas aos grupos socioculturais diversos no contexto brasileiro” (ABREU, 2005, p. 111). De acordo com Abreu, estes museus direcionaram sua ação para a construçã da alteridade próxima, sem visar à auto representaçã dos grupos envolvidos. Para a autora foi com a criaçã do Museu do Índio, idealizado e fundado por Darcy Ribeiro nos anos 70, que se abriu um caminho para a os Museus representarem identidades específicas, alterando a relaçã do museu com a construçã da alteridade. Esse é o contexto do surgimento dos chamados museus étnicos, tais como: o Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque, em Macapá (AP), Museu Indígena, em Coroa Vermelha (BA), Museu Magüta dos Índios Ticuna em Benjamin Constant (AM), Museu Afro-Brasileiro- MA-FRO em Salvador (BA), Museu Afro-Brasil, em São Paulo (SP), Museu Afro-Brasileiro (SE), Museu do Negro (RJ), Museu 13 de Maio em Santa Maria (RS) e Museu do Percurso do Negro, em Porto

Alegre (RS). Esses museus sinalizam um importante deslocamento na forma dos museus construírem a história e a cultura dos povos indígenas e dos afrodescendentes, uma vez que indígenas e negros deixam de ser representados pelo Outro e passam a ser os produtores de suas próprias representações.

A maior parte dos estudos que articulam a temática étnico-racial às instituições museológicas no Brasil foi produzida recentemente, o que marca a emergência desse campo de estudos nessa última década, entre os anos de 2004 e 2010. Porém, como destaca a antropóloga Ana Cristina Mandarino (2010), ainda são escassos os trabalhos sobre a inserção do negro em instituições de preservação da memória cultural. Em seu artigo dedicado à imagem dos negros nos museus, a autora problematiza o espaço frequentemente destinado aos negros nas coleções museais, bem como o papel educativo dos museus e aponta algumas recorrências no que se refere à história e à produção material dos negros nos espaços museológicos, dentre as quais destaca: a visão homogeneizada do continente africano, a limitação ao caráter religioso das produções negras e a ênfase no exotismo fetichista.

Também a historiadora Myrian Sepúlveda dos Santos (2004) (2005) afirma que a memória não pode ser reduzida a um patrimônio comum a todos. Nos trabalhos que produz sobre o tema, a historiadora volta seu olhar para alguns museus de inspiração afro-brasileira e também para os chamados museus tradicionais do país, a fim de identificar quais significados são lembrados e quais são esquecidos sobre a população negra a partir das estratégias representacionais em operação nas exposições dessas instituições. Santos identifica três principais estratégias de representação do negro em instituições museológicas dedicadas à memória e à cultura dos afro-brasileiros: “a ênfase em obras de artes de artistas negros, o resgate da importância de objetos de origem africana e a desvalorização de objetos e imagens do tempo da escravidão” (SANTOS, 2004, p. 4). No que se refere aos museus tradicionais, a autora apresenta duas principais estratégias de representação sobre o negro: “o silêncio quase absoluto sobre a participação positiva do negro na constituição da nação e a lembrança do período em que ele foi amarrado ao tronco, espancado, dominado e humilhado pelo homem branco (SANTOS, 2004, p. 4). Santos reafirma a necessidade de se problematizar as representações e ensinamentos que são postos em circulação sobre o negro em museus uma vez que, tanto em museus tradicionais, quanto naqueles adeptos às novas propostas representacionais, estão presentes narrativas de memórias e identidades que exaltam certos grupos e que silenciam outros.

Nessa direção, também Marcelo Bernardo Nascimento da Cunha (2008) argumenta que as exposições museais produzem modos de rememoração e, ao mesmo tempo, formas de esquecimento. No que concerne às manifestações culturais de origem africana, o autor aponta a representação exótica como a mais recorrente nos museus, juntamente com a abordagem turística, folclórica, e não raro mercantilizada, e identifica um ‘elenco básico de discursos’ sobre o negro: o trabalho negro como escravo e os castigos, suplícios e torturas; a religião e o destaque ao sincretismo religioso; e à homogeneização das diferentes manifestações culturais afro-brasileiras, comumente apresentadas a partir de um viés folclórico. Assim, para além da simples presença de elementos relativos aos negros nos museus, é importante refletirmos, em que medida esses elementos possibilitam mudanças nos repertórios representacionais mais recorrentes e em que medida contribuem para o reconhecimento e a valorização da História e da Cultura dos afro-brasileiros.

Como afirmam Machado e Zubaran (2013), se entendermos os relatos museais como construções discursivas, então poderemos renová-los, democratizá-los, torná-los mais inclusivos e plurais. Neste

sentido, as autoras sublinham que é fundamental construir-se narrativas e representações alternativas sobre o negro nos museus. É a partir desta perspectiva, que os museus poderão construir outros cenários e contar outras histórias, de culturas e identidades plurais.

Por último, quero agradecer ao Dr. Delton Aparecido Felipe, a oportunidade de participar desta entrevista e de responder às suas questões tão abrangentes e bem formuladas, que me permitiram rever parte da minha trajetória acadêmica e retomar algumas das minhas pesquisas.

## **BIOGRAFIA**

### **Delton Aparecido Felipe**

Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá-Paraná (UEM-PR). Pós-Doutor em História. Doutor em Educação. Mestre em Educação. Historiador.

### **Fabiane Freire França**

Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR - Campus de Campo Mourão). Doutora em educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), professora do colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – Unespar/Campo Mourão e membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura (Gepac/UEM).